



ÁFRICA/ RD CONGO - Quem fez a cúpula sobre Kivu falir?

Kinshasa (Agência Fides) - "Não se pode pensar que uma só pessoa, representante de um regime sempre mais tirano e ditatorial, consiga fazer falir um encontro internacional pela paz na República Democrática do Congo" - afirma um editorial enviado à Agência Fides pelos missionários da "Rede Paz para o Congo", referindo-se à mini-cúpula convocada pelo Secretário Geral Ban Ki Moon, por ocasião da última Assembleia geral das Nações Unidas em Nova York sobre a situação em Kivul, no leste da República Democrática do Congo (RDC), região sacudida por ações de várias formações armadas e de modo especial, do grupo M23.

"Todos os participantes do encontro, com exceção de um - afirma a nota - concordaram ao condenar as violências cometidas pelo M23 (ocupação militar do território de Rutchuru, no Kivu Norte, instauração de uma administração paralela à do estado, imposição de impostos ilegais, recrutamento forçado de menores, estupros, saques...). Todos, menos um, concordaram em condenar o apoio que o M23 continua a receber do exterior. Mesmo expressando-se com uma linguagem excessivamente diplomática - não é citado o nome do país - todos sabem que o apoio ao M23 provém de Ruanda, que continua a desmentir sua implicação no conflito não obstante a ampla documentação que a comprova. Pressionado, o presidente ruandês Paul Kagame deixou a sala do encontro, interrompendo, com seu gesto, a possibilidade de se chegar a um acordo para um comunicado final comum".

A Rede Paz para o Congo pergunta-se se não seja o caso de adotar sanções internacionais contra Ruanda, como por exemplo, decretar o embargo para a compra e importação de armas, interromper qualquer forma de colaboração militar, suspender a compra de minérios provenientes de Ruanda, já que em meio a eles, existem também minérios de origem congoleza, exportadas com contrabando e rotulados em Ruanda; suspender financiamentos dedicados ao governo, cuja interrupção não prejudique a população civil mais pobre.

Isto pode acontecer somente se decaírem as cumplicidades internacionais de que o regime ruandês até agora beneficiou e sobre as quais se deposita "a terrível responsabilidade das 800.000 vítimas do genocídio ruandês de 1994 e das 6.000.000 - 8.000.000 vítimas congolezas mortas nas diversas fases da guerra iniciada em 1996" - conclui a nota. (L.M.) (Agência Fides 5/10/2012)